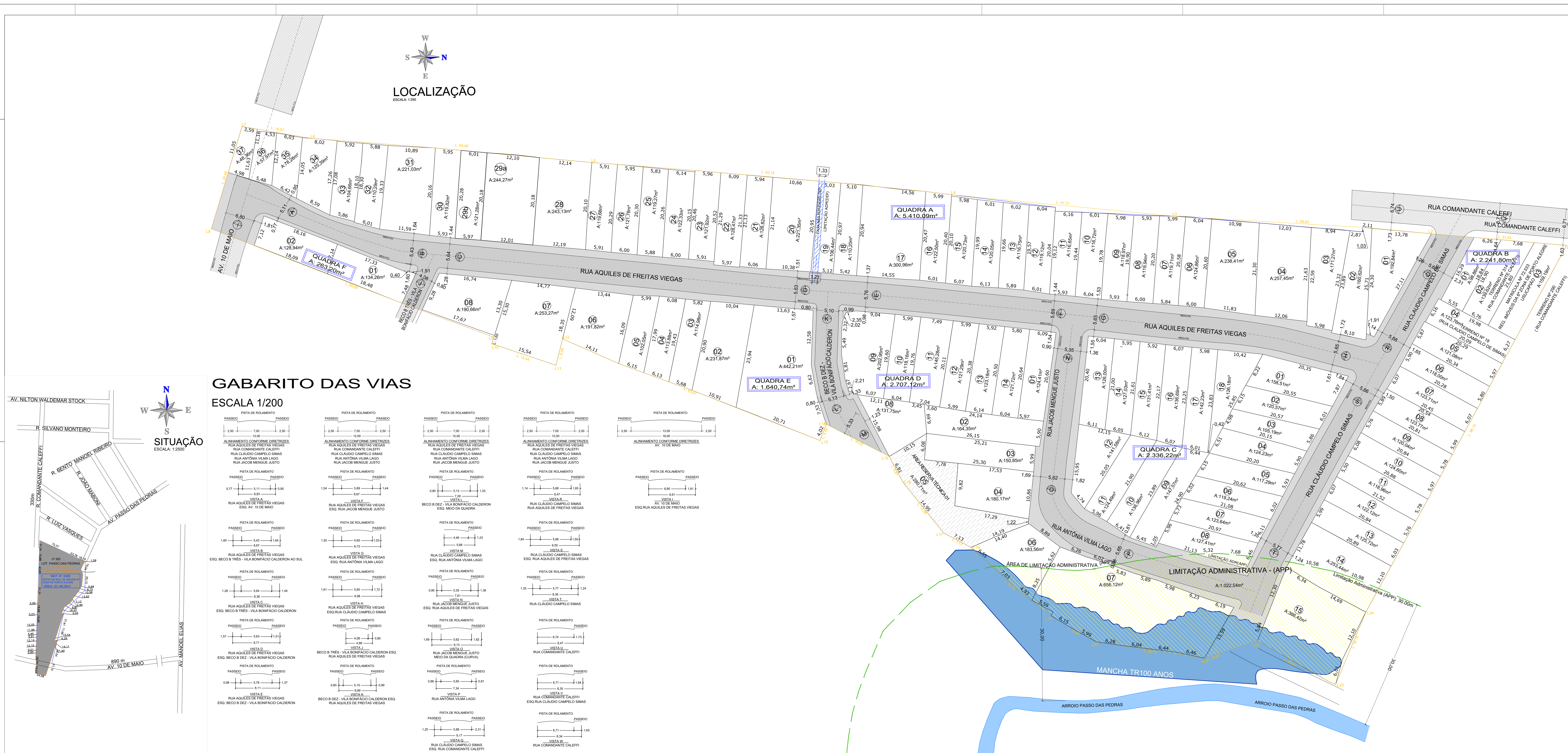




PLANILHA 01		PLANILHAS			
DADOS DO IMÓVEL			IMÓV.		
1. ÁREA TITULADA MATRÍCULA 614-989-01-01-RE- MOVENS DA P.20N - PORTO ALEGRE			20.180,00		
2. ÁREA A REGULARIZAR - PERMITE-TO RESP.5-2			18.997,36		
PLANILHA DE ÁREA 02					
LEI 13.490/2017					
		IM2(1)	(%)		
ÁREA DE DESTINAÇÃO URBANA	ÁREA TOTAL	102,2	23,15		
	ÁREA PROTEGIDA	102,2	23,15		
ÁREA PRIVADA		3.206,75	72,85		
ÁREA PRIVADA	ÁREA DE LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA (P.01)	1.032,54	5,33		
	ÁREA DE LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA (P.02)	1.032,54	5,33		
	ÁREA DE RESERVA TÉCNICA	15,10	0,05		
	ÁREA DE RESERVA TÉCNICA	15,10	0,05		
TOTAL 2		14.586,17	26,85		
TOTAL		18.997,36	100,00		
PLANILHA DE ÁREAS 03					
QUADRA	ÁREA TOTAL	Nº DE LOTES URBANOS	Nº DE LOTES RURAIS	Nº DE LOTES NÃO DOFICINAIS	Nº TOTAL DE LOTES
A	5.419,09	14	1	1	16
B	2.242,80	14	1	1 (6,7 %)	16
C	2.242,80	14	1	1 (6,7 %)	16
D	2.242,80	12	1 (6,7 %)	1	14
E	1.862,64	12	1	1	14
F	2.242,80	2	2	2	6
TOTAL	16.595,17	62	1	2	65

OBSERVAÇÃO:

- GRAVAMES VÁRIOS/ALINHAMENTOS PRÉ-EXISTENTES NÃO DEVERÃO SER ALTERADOS NO PDDUA
- QUADRA D - LOTE 05 (RESERVA TÉCNICA 01)

COTA LÍQUIDA	CONVENÇÃO
COTA INICIAL	0,00
COTA RESERVAÇÃO VARIOS	1,00-1,00
COTA PERÍMETRO REUBI	(0,00)
ÁREAS	0-25,00m
PERÍMETRO REUBI	
PERÍMETRO DA MATRIZ	
ALIMENTAÇÃO PRESQUITAÇÃO COC. FODIA	
PLANO APIMATO EDCIFICAL	
ÁREA DE LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA (APP)	
ÁREAS	
ÁREA RESERVA FODIA	
ÁREA NAO EDCIFICAL	
PLANO DE ÁREAS	
CONDIÇÕES DE LIBERDAÇÃO PARA CADASTRO DO (LDBANDRO)	
CONDIÇÕES CONDOMINIO EXISTENTES	
CONDIÇÕES DE LIBERDAÇÃO	
NOTAS NÃO REGULARIZADAS: necessita de elaboração de estudo técnico para a análise de viabilidade e emissão de LPP conforme legislação nº 37 de 1990 e nº 12 de 1996. 11.658.071 foi estudo técnico para avaliar a mitigação ou indenização de 50 mil hectares de floresta primária e 20 mil hectares de floresta secundária. O estudo técnico foi elaborado em 2010 e os estudos específicos por meio de: conforme artigo 30 da Lei nº 11.658/07.	

Conforme itens 4.2.5, 4.7.7 e 4.7.8 CE-DEPIS, é vedada a construção sobre galerias pluviais públicas, talvegos e cursos d'água, devendo também ser respeitadas as faixas de preservação e faixas não edificáveis, conforme previsto na Lei Complementar no 284/1992, Artigo 12º, e na Lei Complementar no 434/1999, Artigo 13º, § 3º e § 4º. Casos excepcionais devem ser submetidos à análise do GEPO/DMAE, que fornecerá a aprovação, mediante termo circunstanciado, assinado e registrado.

[illegible]